

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA EM ERECHIM
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

TAÍSE PASA

**SISTEMAS AGROALIMENTARES E A MULTILOCALIZAÇÃO FAMILIAR
NO COREDE NORTE (RS)**
Trabalho de Conclusão de Curso

**ERECHIM
2020**

TAÍSE PASA

**SISTEMAS AGROALIMENTARES E A MULTILocalização FAMILIAR
NO COREDE NORTE (RS)**

Artigo de Conclusão de Curso apresentado como requisito final para aprovação no Componente Curricular de Trabalho de Conclusão de Curso II, do Curso de Administração na UERGS – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – Unidade Universitária em Erechim – RS.

Orientador: Prof. Dr. Valdecir José Zonin

**ERECHIM
2020**

TAÍSE PASA

**SISTEMAS AGROALIMENTARES E A MULTILOCALIZAÇÃO FAMILIAR
NO COREDE NORTE (RS)**

Artigo de Conclusão de Curso apresentado como requisito final para aprovação no Componente Curricular de Trabalho de Conclusão de Curso II, do Curso de Administração na UERGS – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – Unidade Universitária em Erechim – RS.

Orientador: Prof. Dr. Valdecir José Zonin

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Orientador: Prof. Me. Dr. Valdecir Zonin
Universidade Federal da Fronteira Sul

Prof.^a M^a. Zenicléia Angelita Deggerone
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

Prof. M. Dr. Roberto Serena Fontaneli
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

RESUMO

Este trabalho teve por objetivo analisar a relevância socioeconômica da transferência de alimentos existente entre as famílias multilocalizadas no Corede Norte, a partir do envio de alimentos para os membros familiares, que estudam na cidade de Erechim-RS. Para tanto foi utilizada uma abordagem metodológica de natureza exploratória, descritiva, de caráter quali-quantitativo. A coleta dos dados foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica e pela aplicação de questionário estruturado. Realizou-se uma caracterização do perfil sociodemográfico das famílias, verificando os principais produtos agroalimentares transferidos, bem como identificando os fatores que condicionam a ocorrência do fluxo de alimentos do meio rural para o meio urbano e os benefícios econômicos e socioculturais deste processo. Os resultados obtidos demonstraram que o processo de transferência de alimentos contribui de maneira importante para a segurança alimentar e nutricional das famílias e auxilia financeiramente os estudantes a manterem-se no meio urbano, através da redução de suas despesas com alimentação.

Palavras-chave: Multilocalização familiar. Transferência de alimentos. Sistemas agroalimentares.

1 INTRODUÇÃO

A globalização possibilitou unir e conectar todo o mundo, permitindo que as pessoas realizem constantes trocas materiais e culturais, acerca de diferentes bens e serviços. Diante disso, nas décadas finais do século XX, consolidou-se um sistema agroalimentar que hoje influencia a produção, a distribuição e o consumo de alimentos, ao ponto de impor dietas alimentares para amplos estratos da população (TRICHES e SCHNEIDER, 2015).

Contudo, tendências sociais contrárias e contestadoras de diversas origens a este sistema agroalimentar padronizado, tem promovido a base de novas agendas de políticas rurais territorializadas e sustentáveis, sucedendo o paradigma produtivista (MORGAN, MARSDEN e MURDOCH, 2006).

Por isso, a construção de um sistema local autônomo de abastecimento alimentar, passou a ser configurado em âmbito local ou territorial. A exemplo disso, os Sistemas Agroalimentares Localizados (SIAL), possuem uma relação muito próxima entre os modos de produção dos bens e serviços, com as preferências dos consumidores, pautada em uma economia rural, centrada na produção, transformação e na comercialização de produtos oriundos, predominantemente, de unidades rurais familiares de pequena escala (MUCHNIK, 2002).

E, com isso os SIAL se configuram nos territórios e na multilocalização das famílias do meio rural. A multilocalização familiar consiste em um modelo de organização familiar, onde um ou mais membros residem fora da unidade familiar, entretanto participam ou interferem no processo de reprodução socioeconômica, por meio do compartilhamento de recursos monetários, de trabalho e alimentares (CAZELLA, et al., 2020).

Para Griza *et al.*, (2010), a multilocalização familiar permite um processo de transferência de alimentos oriundos da produção para o autoconsumo, para os familiares que residem fora da propriedade, em centros urbanos. A produção para o autoconsumo também é conhecida como produção para o autoprovisionamento ou “pro gasto”, e constitui-se uma fonte de renda não monetária, que permite às famílias economia na aquisição de alimentos, maior autonomia alimentar e estabilidade econômica às unidades familiares.

A produção para o autoconsumo é indispensável e fundamental para a alimentação das famílias, desempenhando diversos papéis importantes que estão interligados aos princípios da segurança alimentar (MALUF, MENEZES e MARQUES, 2001), configurando alguns dos sistemas agroalimentares localizados.

Os debates acerca do tema da alimentação, envolvem discutir o bem-estar da população, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, em seu artigo nº 25, o acesso a uma alimentação adequada é direito de todos. Este artigo abrange, ainda, uma ampla gama de direitos, incluindo, o acesso água potável, saneamento, vestuário, habitação e cuidados médicos, além de amparos sociais indispensáveis, em caso de deficiência, viuvez, desemprego e velhice.

Ao buscar analisar a relação entre o desenvolvimento rural e a urbanização no Brasil, verifica-se que o processo de migração do campo em direção às cidades, movido pela industrialização, não impediu que se mantivessem as características da agricultura familiar nas relações urbano-rurais, onde os fluxos alimentares possuem uma grande importância e contribuem para garantir a segurança e soberania alimentar (GRESH e CORTES, 2020).

No Corede Norte¹ (Conselho Regional de Desenvolvimento Norte), mais especificamente na cidade de Erechim, como em outras partes do Brasil, são frequentes (semanais/mensais) os fluxos de pessoas e alimentos. Sobre este aspecto, ressalta-se que são recorrentes, entre as famílias de agricultores residentes neste Corede, o envio de alimentos para os filhos, que estudam e/ou trabalham na cidade de Erechim.

Neste sentido, este artigo possui algumas questões norteadoras, que estão relacionadas em verificar em que medida ocorre a transferência de alimentos entre as famílias multilocalizadas na cidade de Erechim? Que tipos de alimentos são enviados? E quais são os motivos que levam a ocorrer esta transferência alimentos para os membros das famílias?

As hipóteses para estes questionamentos estão associadas a fatores econômicos e sociais, sendo que a transferência de alimentos pode reduzir as despesas com alimentação no meio urbano, além de contribuir com a qualidade e diversidade na alimentação das famílias multilocalizadas.

Sendo assim, este artigo teve por objetivo analisar a relevância socioeconômica da transferência de alimentos existente entre as famílias multilocalizadas no Corede Norte, a partir do envio de alimentos para os membros familiares, que estudam na cidade de Erechim-RS.

Os objetivos específicos deste artigo de pesquisa buscaram: caracterizar o perfil sociodemográfico das famílias multilocalizadas do Corede Norte; identificar os fatores que condicionam a ocorrência do fluxo de alimentos do meio rural para o meio urbano; apontar os principais produtos agroalimentares transferidos para o meio urbano; e elencar os benefícios sociais, culturais e econômicos, que o processo de envio dos alimentos proporciona às famílias multilocalizadas.

Ressalta-se a existência de pesquisas realizadas por Gresh, Cortes (2020), Cazella et al., (2020), Maluf e Zimmermann (2020), Grisa et al., (2020), que estudaram os fluxos de provisão de alimentos e a multilocalização familiar na Região Oeste de Santa Catarina, refletindo a importância da temática. Assim, este trabalho visa contribuir com este debate,

¹ Fazem parte do Corede Norte, os seguintes municípios: Aratiba, Áurea, Barão de Cotegipe, Barra do Rio Azul, Benjamin Constant do Sul, Campinas do Sul, Carlos Gomes, Centenário, Charrua, Cruzaltense, Entre Rios do Sul, Erebang, Erechim, Erval Grande, Estação, Faxinalzinho, Floriano Peixoto, Gaurama, Getúlio Vargas, Ipiranga do Sul, Itatiba do Sul, Jacutinga, Marcelino Ramos, Mariano Moro, Paulo Bento, Ponte Preta, Quatro Irmãos, São Valentim, Sertão, Severiano de Almeida, Três Arroios e Viadutos.

tendo em vista a relevância do tema para a promoção do desenvolvimento rural, o planejamento e a gestão dos sistemas agroalimentares localizados, que promovam a segurança e soberania alimentar.

A realização deste estudo, também, se justifica pela necessidade recorrente de conhecimentos, no âmbito acadêmico e social, e pela carência de estudos nesta área, de modo especial na região do Corede Norte. Não se observou a existência de pesquisas que visem identificar como a produção para o autoconsumo, exercida pelas famílias do meio rural, influenciam na segurança alimentar e nutricional dos filhos, que residem no meio urbano, bem como, outras dimensões envolvidas, tais como: a qualidade dos alimentos, a cultura alimentar e afetiva, além de aspectos econômicos, vinculados ao impacto no orçamento familiar, de quem reside no meio urbano.

Com as informações geradas por este artigo, foi possível estimar em que medida as transferências de alimentos ocorrem, diante de um cenário de instabilidade, provocados por inúmeras situações de desordem econômica, ambiental e social, em função da Covid-19. Pois, com estes dados é possível trabalhar no planejamento de ações e formulação de políticas alimentares locais, de caráter permanente pelas instituições de pesquisa, extensão rural, cooperativas e outras instituições locais.

Para a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, este estudo possibilita demonstrar que a formação multidisciplinar do Curso de Administração, contribui para que os futuros gestores atuem na organização e no planejamento de ações, que promovam o desenvolvimento rural do Corede Norte.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O embasamento teórico é importante para o entendimento do leitor, tendo por objetivo apresentar os principais conceitos, ideias e definições relacionados ao estudo. Assim, nesta seção serão abordados os seguintes temas: sistemas agroalimentares localizados, segurança alimentar e a produção para o autoconsumo em famílias multilocalizadas.

2.1 SISTEMAS AGROALIMENTARES LOCALIZADOS

No final da década de 1960, iniciou-se uma crescente integração e reestruturação do sistema produtivo global, ocasionado pela modernização tecnológica dos processos produtivos agrícolas e pela aceleração do acesso das famílias rurais locais, aos diversos mercados (bens, serviços, trabalho entre outros). Os sistemas produtivos agroalimentares do Sul do Brasil, que tem sua estrutura agrária caracterizada pela agricultura familiar, acompanharam essa integração, principalmente no segmento de produção agrícola, o que consequentemente levou as famílias a se tornarem mais dependentes do mercado, reduzindo sua autonomia e aumentando a subordinação de suas estratégias de reprodução socioeconômicas (MORAES, 2016).

Devido aos constantes processos de transformação que ocorriam nas agroindústrias rurais, não só do Brasil, mas de toda a América Latina, surge na França, na década de 1980, a partir de estudos do CIRAD², o conceito de Sistema Agroalimentar localizado (SIAL).

A primeira definição de Sistemas Agroalimentares Localizados (SIALs), foi a partir do conceito de:

² Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento.

Organizações de produção e de serviço (unidades de produção agrícola, empresas agroalimentares, comerciais, de serviços de restauração) associadas, por suas características e seu funcionamento, a um território específico. Os meios, os produtos, os homens, suas instituições, seu *know how* seus comportamentos alimentares, suas redes de relações se combinam em um território para produzir uma forma de organização agroalimentar, numa determinada escala espacial (CIRAD-SAR, 1996).

Conforme Requier-Desjardins (2013, p. 96), a definição inicial para SIAL salienta o conceito de “modalidades produtivas localizadas e específicas, que tendiam a privilegiar suas características organizacionais e que podiam ser consideradas como uma variedade agroalimentar de sistemas produtivos locais”.

Segundo Moraes (2016), “um SIAL pode englobar uma cadeia produtiva estruturada localmente ou concentrar-se em um ou em alguns segmentos de uma cadeia produtiva específica, de abrangência nacional ou internacional”. O autor ainda destaca que entre os atores que compõem os SIALs, incluem-se os agricultores familiares, as empresas fornecedoras de insumos, as prestadoras de serviços, as associações de classe, as associações comerciais, as instituições de suporte, de serviços, de ensino e pesquisa, de fomento, financeiras e o Estado.

Para a formação de um SIAL, é necessário a identificação de um conjunto de características como os elementos que compõem o meio ambiente, a utilização de determinados produtos e técnicas, os agentes envolvidos e as redes de relações que estão vinculadas àquele local, conferindo a um produto ou serviço, uma identidade própria e diferenciada daquele local (CHECHI, SCHULTZ e NIEDERLE, 2016).

Os SIALs possuem algumas particularidades em relação a outros sistemas localizados, dentre essas particularidades, as principais são: o papel específico dos bens alimentares; a especificidade da matéria prima produzida; a relação com o meio e a gestão dos recursos naturais e; as atividades produtivas agroalimentares, ambientais e turísticas, que estão relacionadas, mais do que as outras atividades, ao “saber fazer” local e aos conhecimentos transmitidos por aprendizagem (MORAES, 2016).

Se por um lado as características territoriais podem atribuir maior valorização a uma determinada região, a dimensão agroalimentar introduz outro aspecto entre consumidores e produto. A qualidade não é vista, nesse caso, somente como uma variável no ajustamento do mercado mediante oferta e procura, mas remete para além da informação compartilhada por produtor e consumidor, bem como as formas de conhecimento produzidas no âmbito de suas atividades (REQUIER-DESJARDINS, 2013).

Por isso, as discussões acerca dos sistemas agroalimentares localizados interligam-se aos debates entorno da segurança alimentar. Colocando em pauta a hegemonia do sistema agroalimentar mundial, que ocasionou o distanciamento entre quem produz e quem consome. Este distanciamento provocou inúmeros problemas, incentivando uma produção massificada e padronizada, além de provocar o desabastecimento dos mercados, influenciando diretamente o preço dos alimentos e afetando a segurança alimentar da população.

2.2 SEGURANÇA ALIMENTAR

A partir da criação da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), em 1945, a segurança alimentar passa a ser vista como uma estratégia global, com a finalidade de garantir uma alimentação adequada a todas as pessoas. Com

o passar dos anos, o conceito de segurança alimentar supera a questão de meramente garantir uma alimentação adequada, passando a ser atribuído como sinônimo de garantia de qualidade dos produtos, esta que se estende desde a referência quanto a procedência dos alimentos, até a forma com que estes são produzidos (FAO,2020).

A evolução do conceito de segurança alimentar ocorre tanto em nível nacional, quanto internacional, sendo um processo contínuo que busca acompanhar as diferentes necessidades de cada país e de cada período (FAO, 2020). No Brasil, conforme a Lei Federal nº 11.346 de 2006, Art. 3º, a segurança alimentar e nutricional consiste no direito de todos, ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer a provisão de outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Conforme Maluf, Menezes e Marques (2001), ao tratar sobre o tema “alimentação”, é preciso considerar os interesses diversos e muitas vezes contraditórios que envolvem este assunto, o que acaba por ocasionar um processo de disputa, para a definição do significado do termo segurança alimentar. Ainda, conforme o autor, é necessário compreender que não há um conceito estabelecido, e sim que ele se encontra em construção, sendo fundamental um debate amplo, com argumentações sólidas e consistentes, ao se discutir o tema.

Neste sentido, estes autores (2001, pg. 4), apresentam o seguinte conceito para a segurança alimentar:

Segurança Alimentar e Nutricional é a garantia do direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares saudáveis e respeitando as características culturais de cada povo, manifestadas no ato de se alimentar. Esta condição não pode comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, nem sequer o sistema alimentar futuro, devendo se realizar em bases sustentáveis. É responsabilidade dos estados nacionais assegurarem este direito e devem fazê-lo em obrigatória articulação com a sociedade civil, dentro das formas possíveis para exercê-lo.

Para Gazolla e Schneider (2007), a definição de segurança alimentar compreende, muito além do acesso permanente das pessoas (agricultores) aos alimentos, contemplando também os aspectos relacionados à qualidade nutricional dos alimentos, fornecimento de acordo com as necessidades de cada indivíduo e os hábitos alimentares adequados a cada cultura.

Para, Maluf, Menezes e Marques (2001), a segurança alimentar está ancorada em três itens essenciais: a qualidade nutricional dos alimentos; hábitos e a cultura alimentar característicos de cada comunidade; e a sustentabilidade do sistema alimentar.

No primeiro ponto, a qualidade nutricional e sanidade dos alimentos são dois elementos de grande importância diante de um contexto de dietas alimentares, com desequilíbrios nutricionais provocados pelo uso excessivo de agrotóxicos, visando somente alcançar maior produtividade agrícola (MALUF, MENEZES e MARQUES, 2001). Nesse caso, a produção para o autoconsumo, produzida pelos agricultores passa a ser interpretada como geradora da segurança alimentar, visto que possui uma melhor qualidade nutritiva, em comparação aos alimentos adquiridos nos mercados. Este fato justifica-se, pois, a produção para consumo próprio, em muitos casos, é isenta de agrotóxicos (GAZOLLA, 2004).

O segundo ponto, contempla os hábitos e à cultura alimentar. Este princípio compreende uma dimensão cultural que está intrínseca na preferência por determinados

alimentos em cada região, e até mesmo o modo como estes são produzidos e consumidos. Outro aspecto importante é a preservação de um estilo de alimentação passada de geração em geração, o que não significa a garantia de hábitos alimentares sempre saudáveis (MALUF, MENEZES e MARQUES, 2001). Novamente relacionando este princípio com a produção para o autoconsumo, Gazolla (2004, p. 115), destaca que “este princípio pode ser entendido como acesso a uma alimentação, que condiga com o que o agricultor e a sua família gostam de se alimentar e consumir em suas refeições diárias”.

E no terceiro ponto, está a sustentabilidade do sistema alimentar. Este item aborda uma questão essencial: a segurança alimentar, é preciso pensar em um sistema que no futuro tenha capacidade de atender a produção, distribuição e consumo de alimentos, em quantidade e qualidade. Diante de um cenário de inúmeros atritos, resultantes das discussões acerca dos modelos alimentares e que colocam em risco a segurança alimentar, cresce a importância de se debater a sustentabilidade do sistema alimentar (MALUF, MENEZES e MARQUES, 2001).

A segurança alimentar é um tema complexo e de tamanha importância para a qualidade de vida das pessoas e sua reprodução social, todavia, nem todas as pessoas têm ao seu alcance, uma alimentação saudável e de qualidade, diante da quantidade de agrotóxicos utilizados no manejo dos produtos agroalimentares, o que implica na falta de segurança alimentar.

A produção para o autoconsumo, que será abordada na sequência, tem como um de seus princípios a segurança alimentar. Para Gazolla e Schneider (2007) o primeiro princípio norteador da segurança alimentar é a sua qualidade nutricional, o que leva muitos agricultores a produzirem para o autoconsumo, alcançando dessa forma, em tese, uma qualidade superior aos produtos adquiridos na cidade.

2.3 A PRODUÇÃO PARA O AUTOCONSUMO EM FAMÍLIAS MULTILocalizadas

Conforme Gazolla e Schneider (2007), por muito tempo entre estudiosos da produção alimentar permaneceu a convicção de que a produção para o autoconsumo no meio rural, era tida como algo de caráter atrasado ou antieconômico, com baixa relevância para ser analisada. Atualmente, estas concepções ainda são encontradas nos discursos de alguns técnicos e especialistas, que sustentam a ideia de que a manutenção da produção para o uso e consumo próprio, atrapalha a formação do verdadeiro agricultor capacitado, que se dedica a poucas atividades, sendo um especialista em determinado ramo de produção, buscando ganhos de escala.

No entanto, autores clássicos das ciências sociais como Chayanov (1974) e Wolf (1976), já destacavam a importância da produção para o autoconsumo na organização produtiva e econômica dos camponeses. No Brasil, o tema passou a ser estudado por autores como Heredia (1979) e Garcia Júnior (1989). Porém, somente no último período passou a ganhar maior relevância acadêmica, a exemplo de estudos dos autores Maluf (2001), Gazolla (2004), Gazolla e Schneider (2005) e Grisa (2007), entre outros.

Segundo Tonezer et al. (2019), a produção para autoconsumo é compreendida como um método utilizado pelas famílias visando garantir a autossuficiência alimentar, por meio da produção, principalmente de alimentos que se destinam ao seu próprio consumo. Além do conceito alimentar de autoconsumo, os autores enfatizam que há uma pluralidade de definições para o termo, abrangendo instrumentos domésticos, de artesanato, plantas medicinais, objetos para uso da família, entre outros.

Conforme Gazolla e Schneider (2007, p. 96), “o autoconsumo desempenha um papel nas formas sociais de produção e trabalho, que está relacionado a propiciar a diversificação das estratégias de vivência das famílias”. Neste sentido, a produção para o autoconsumo apresenta-se como uma característica de alternatividade, possibilitando tanto o consumo, quanto a transformação da produção em renda, garantindo a reprodução social e alimentar da família.

Além disso, conforme Gazolla e Schneider (2007, p. 116 e 117):

Com esta produção assegurada, as famílias ficam menos dependentes do mercado, não necessitam comprar os alimentos nos mercados locais ou nos postos de abastecimentos citadinos, dependendo das flutuações de preços destes mercados ou ficando à mercê das condições de troca impostas pelo mercado em termos de moeda corrente.

Pode-se então compreender que a produção para autoconsumo não pode mais ser vista de forma conflitiva com a produção comercial, visto que a finalidade de ambas se apresenta de forma diferente. A primeira tem a finalidade de garantir uma alimentação diversificada, de qualidade e com baixo custo; enquanto a segunda desempenha o papel de geração de renda visando o acúmulo de capital, bem como, a aquisição de bens, produtos ou serviços que não são produzidos ou realizados pela unidade familiar.

Para Grisa, Gazolla e Schneider (2010), ao estudar o tema, uma das primeiras dificuldades encontradas refere-se ao método de mensurar a produção para autoconsumo em dinheiro. Visto que, além de todas as etapas da produção serem realizadas pela unidade familiar, os suprimentos para esta produção, também são provenientes da mesma. Entre as formas de mensurar a produção para o autoconsumo, os autores salientam dois modelos em sua pesquisa: a) atribuir ao produto o preço de venda ao mercado e; b) atribuir ao produto o preço de venda ao consumidor.

Ainda segundo os autores, é preciso decidir entre um modelo metodológico para poder dar segmento a pesquisa, visto que, ao escolher o primeiro, corre-se o risco de subestimar o valor da produção para autoconsumo, enquanto o segundo caso, pode haver uma superestimação da produção, considerando que em boa parte das vezes, o que é produzido para autoconsumo não alcança o nível padrão exigido pelo mercado. Neste estudo, de acordo com a metodologia escolhida, será utilizado o preço de venda ao consumidor.

Outro fator que impede a obtenção de um cálculo exato sobre os custos da produção para o autoconsumo é, segundo Grisa, Gazolla e Schneider (2010), a impossibilidade de separar os custos da energia elétrica utilizada para a produção de determinado produto – como a produção de leite – da parte que é utilizada pela família ou até mesmo, da parte que vai ser vendida. Desta forma, é mais viável estimar a produção para o autoconsumo como produto bruto, em detrimento do modelo de produto líquido.

Assim, a produção para o autoconsumo conforme Grisa (2007, p. 53), “é vista como uma estratégia que contribui para a reprodução autônoma e historicamente garantida, em virtude de manter interna à família, e sob controle desta, a alimentação, uma dimensão vital para sua existência”. Frente a um contexto social e econômico em constante oscilações, a família que produz alimentos para o autoconsumo está menos exposta.

A produção para o autoconsumo, é uma das estratégias alimentares adotadas pelas famílias agrícolas multilocalizadas, a partir dos fluxos intra e extrafamiliar de alimentos, dinheiro e trabalho. Conforme Cazella et.al (2020), “o estudo dos fluxos de alimentos, trabalho e demais recursos entre os integrantes das famílias rurais, permite evidenciar a complexa configuração socioespacial dos sistemas produtivos”.

Para Gresh e Cortes (2020), famílias agrícolas multilocalizadas são aquelas em que um ou mais membros residem fora da unidade familiar, entretanto participam ou interferem no processo de reprodução socioeconômica, por meio do compartilhamento de recursos monetários, de trabalho e alimentares. Ainda, cabe lembrar que o termo multilocalização familiar é usado para abordar casos em que há dispersão nas residências, mas também pode ser utilizado para os locais de produção distintos, do mesmo grupo familiar. Como é o caso de muitos estudantes secundários e universitários, que residem na cidade para estudar, mas mantêm seu vínculo com a unidade familiar, caracterizando-se uma família multilocalizada.

Antes de analisar este último aspecto, convém diferenciar as noções de multilocalização familiar e de pluriatividade agrícola, dadas as suas interfaces conceituais. O tema da multilocalização familiar não configura necessariamente situações de pluriatividade agrícola, noção que compreende o exercício de trabalho remunerado, em geral, realizado fora da unidade agrícola, mas cujos membros pluriativos, residentes ou não nessas unidades, compartilham de forma sistemática trabalho e/ou recursos financeiros, com os demais integrantes da unidade de produção familiar (SCHNEIDER, 2003).

Dessa forma, esta pesquisa pretende identificar a categoria de agricultores multilocalizadas, ou seja, que possuem casos de pluriatividade de membros da unidade de produção familiar. Ou seja, se alguns integrantes de famílias multilocalizadas exercem outras atividades produtivas remuneradas, mantendo vínculos produtivos com a unidade agrícola.

Este referencial teórico buscou apresentar as conceituações teóricas dos temas: sistemas agroalimentares localizados, multilocalização familiar, produção para o autoconsumo, segurança alimentar e a interligação destes conceitos. Uma abordagem temática relativamente nova e que possui poucos estudos similares e suficientes sobre o assunto.

3 METODOLOGIA

Este estudo classifica-se como sendo de natureza exploratório descritivo. Para Malhotra (2011), a pesquisa exploratória é caracterizada por explorar e analisar um determinado problema, com a finalidade de obter maior conhecimento sobre o caso pesquisado. Gil (2008), aborda que as pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato, visto que o objeto de pesquisa, pode se encontrar, ainda, pouco explorado e de tal maneira, se torna difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.

Na visão de Vergara (1998), a pesquisa descritiva apresenta características de determinada população ou ainda de determinado fenômeno, estabelecendo também conexões entre variáveis e natureza. Marconi e Lakatos (2002) esquematizam um fenômeno abordando quatro aspectos: a descrição, o registro, a análise e a interpretação de fenômenos contemporâneos, objetivando sua atuação no presente.

Gil (2008) acrescenta que algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência de relação em variáveis, pois acabam servindo mais para proporcionar uma nova visão do problema, o que as aproxima da pesquisa exploratória.

Com relação a definição da pesquisa e a natureza da abordagem, este estudo é de caráter quali-quantitativo, possibilitando um cruzamento muito maior dos dados e o peso da pesquisa em conjunto com a validação de todas as informações, sendo elas qualitativas ou quantitativas. Segundo Malhotra (2005), a pesquisa quantitativa visa quantificar dados a partir de questionários estruturados. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa busca

maior compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais, além de descrever, compreender e explicar, as relações entre o global e o local em determinado fenômeno.

Os procedimentos técnicos de coleta de dados utilizados para a realização deste estudo, classificam-se como: pesquisa bibliográfica e de levantamento ou *survey*. A pesquisa bibliográfica foi realizada por meio de livros e artigos científicos, com a finalidade de realizar um levantamento e reflexão dos trabalhos relacionados com a multilocalização familiar e a produção para o autoconsumo. Abordando os conceitos e os processos que ocorrem na formação e consolidação dos SIALs, como ferramenta de desenvolvimento rural, bem como, de desenvolvimento regional. Infere-se, que neste estudo, a metodologia escolhida para quantificar o valor atribuído aos produtos, será utilizado o preço de venda ao consumidor.

Desta maneira, a pesquisa bibliográfica contribuiu para a sustentação teórica da análise, e também para a interpretação de dados deste estudo. Os meios e métodos de mensuração da produção e a sistematização dos dados, possibilitaram ter maior clareza sobre os aspectos a serem auferidos na pesquisa.

Para os autores Rocha, Ferreira e Silva (2012), o levantamento ou também como é conhecido *survey*, é formado por uma metodologia de aplicação simples, que tem o objetivo de adquirir informações padronizadas de certa população, por meio de uma amostragem.

No entendimento de Malhotra (2011), a população é derivada de um total de todos os elementos que dividem alguns conjuntos comuns de características, sendo que cada projeto de pesquisa tem uma população exclusivamente determinada, que é estabelecida conforme seus parâmetros.

Para o desenvolvimento deste trabalho, buscou-se identificar o processo de transferência de produtos oriundos das unidades de produção familiar para os filhos que residem na cidade, bem como, analisar quais os produtos são transferidos, em que quantidade e frequência, as motivações e seus reflexos socioeconômicos.

Utilizou-se para o desenvolvimento deste estudo um questionário estruturado, dividido em blocos de perguntas buscando responder os objetivos do trabalho, que foi direcionando ao público-alvo por meio da ferramenta *google docs*.

A população estudada, foram os estudantes universitários que somente estudam ou estudam e trabalham na cidade de Erechim, oriundos dos diversos municípios que compõem o Corede Norte.

Para a definição da amostra, optou-se em abordar a técnica de amostragem não probabilística ou por julgamento, que conforme Malhotra (2011, p. 276) “é uma forma de amostragem por conveniência, na qual os elementos populacionais são selecionados com base no julgamento do pesquisador”.

O questionário foi enviado aos estudantes das Universidades públicas e privadas existentes em Erechim, por meio de *e-mails*, redes sociais como *Facebook* e *Instagram*, e também por meio de grupos de *WhatsApp*, entre 01 de setembro de 2020 a 15 de novembro de 2020, e contou com a participação de 62 respondentes. Dentre esta amostra, 90,3% foram estudantes da cidade de Erechim e 9,7% não se enquadraram no público alvo da pesquisa.

Forma utilizadas questões de triagem no início do questionário. Após responder a estas questões, nos casos em que o participante não se enquadrava na pesquisa o mesmo era direcionado para o encerramento, enquanto os que se enquadram na pesquisa prosseguem para os demais blocos.

Inicialmente foi realizado uma caracterização do perfil sociodemográfico das famílias, na sequência foram elencados os fatores que condicionam a ocorrência do fluxo

de alimentos, os principais produtos transferidos, e identificando os benefícios econômicos e sociais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 ERECHIM POLO INDUSTRIAL, PRESTADOR DE SERVIÇOS E UNIVERSITÁRIO

O município de Erechim concentrando a maior parte das atividades socioeconômicas e tem como base a agricultura. A cidade também é um polo universitário que detém universidades públicas e privadas, provocando um grande fluxo de estudantes e conseqüentemente movimentando a economia.

Em relação a indústria Erechim é considerado um centro regional, no ano de 2013 era responsável por 78% da indústria de transformação, abrigando 45% da população do Corede Norte. Os principais setores são o alimentício oriundos do processamento de carne suína e de aves, representando 60% do total da indústria de transformação na região, em comparação ao Estado representa apenas 21%. E O setor metalomecânico, que atua na produção de veículos automotores, reboques, carrocerias e que representa 21% da indústria da região, comparando ao estado que é de 12% (CREDENOR,2017).

No setor de prestação de serviços no Corede Norte a atividade da administração pública apresenta uma participação de (30%) maior que do Estado de (26%). Contudo Erechim mesmo contando com inúmeras entidades públicas estaduais e federais, possui uma participação abaixo do que todas as demais cidades. Em relação aos demais setores a cidade possui uma participação acima da média regional (CREDENOR,2017).

O Corede Norte é assistido por três instituições de ensino superior público ambas situadas na cidade de Erechim, sendo: a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS); Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e o Instituto Federal do Rio Grande do Sul. E por universidades particulares, a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), também localizada em Erechim e o Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai - Centro Universitário Ideau, situado na cidade de Getúlio Vargas, além de demais instituições de ensino a distância.

4.2 PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

Para melhor traçar o perfil dos estudantes, foi realizado o seguinte diagnóstico: instituição de ensino, opção de curso, faixa etária e renda. Buscou-se verificar a transferência de produtos para a cidade e por quantas pessoas esses alimentos são consumidos. Também foi possível identificar os produtos que são comprados no meio urbano e o valor aproximado gasto para adquirir os mesmos.

Dentre os entrevistados, verificou-se que mais da metade 60,7% são estudantes da Universidade Federal Fronteira Sul - UFFS, 32,1%, da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS e ainda se somam ao total de pesquisados 5,4% da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI, e 1,8% da Universidade Integrada do Norte do Paraná - UNOPAR.

É possível verificar uma disparidade de participantes entre as universidades públicas e privadas, o que pode ser também um reflexo do número de estudantes de cada uma das instituições, outro fator que pode estar diretamente atrelado ao primeiro é o fato de não aparecerem estudantes de algumas instituições de nível superior presentes em Erechim na pesquisa. Ressalta-se ainda que a pesquisa foi disponibilizada para todas as universidades do município incluindo aquelas de ensino a distância (EAD), porém como

verificou-se no percentual de instituições que participaram da pesquisa houve uma baixíssima participação destas, apenas com uma instituição.

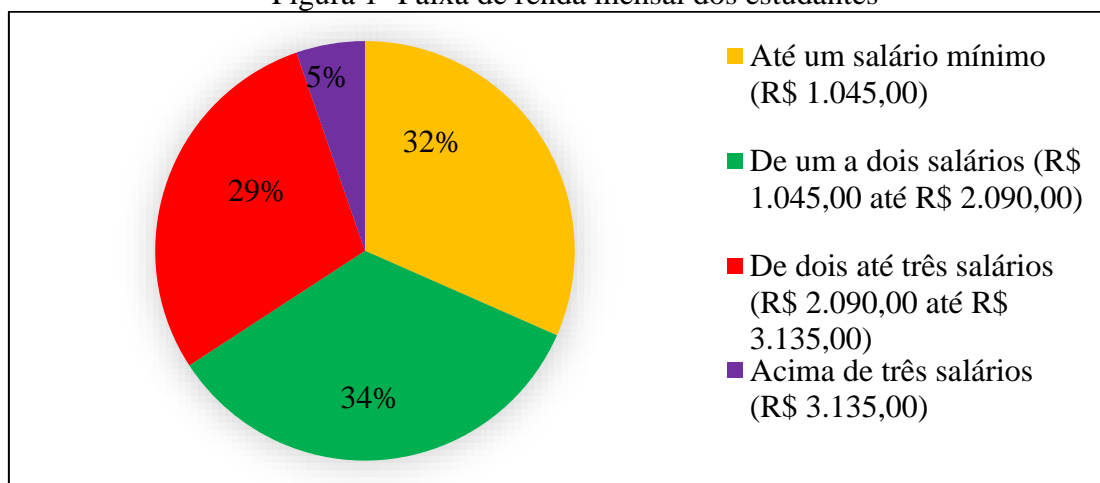
Entre os participantes da pesquisa, há uma predominância dos cursos de Administração 28,9%, Pedagogia 23,7%, Geografia 10,5% e Gestão Ambiental 7,9%, sendo que os demais cursos³ juntos correspondem a 21%. A faixa etária dos estudantes pesquisados é de 80,8% até 30 anos e 19,2% acima de 30 anos, essa média de idade mais jovem, justifica-se conforme o relatório do mapa do ensino superior no Brasil, edição de 2020, pelo fato de que pessoas com idade avançada opta pelo ensino EAD, por não ter tido acesso ao ensino superior na juventude e/ou pela falta de disponibilidade de tempo (SEMESP,2020).

Ainda definindo o perfil dos estudantes, entre os respondentes 81,6% são do sexo feminino e 18,4% do sexo masculino. Cabe ressaltar que conforme o Censo da Educação Superior do Inep de 2019, as mulheres são a maioria no ensino superior brasileiro. Elas ocupam 57% das vagas, independente da modalidade (presencial ou EAD), turno ou rede de ensino público ou privado (INEP, 2019).

Conforme resultados da pesquisa, 78,9% dos participantes informaram que exercem alguma atividade remunerada ou recebem algum tipo de auxílio como bolsas de estudos, pensão mesada e etc., sendo que apenas 21,1% responderam não para ambas as opções. A análise possível para estes que informaram não terem uma renda, é de que os pais ou algum familiar optam por pagar todas as despesas destes estudantes, pois não seria possível para um estudante se manter sem uma renda, visto que possui um conjunto de despesas mensais como aluguel, transporte, alimentação entre outros para pagar mensalmente.

Entre os que possuem renda, foram identificadas três faixas com maior percentual, representando uma renda de até três salários mínimos, conforme apresentado no gráfico abaixo.

Figura 1- Faixa de renda mensal dos estudantes



Fonte: Dados da pesquisa 2020

Ao realizar a soma percentual dos que ganham até um salário mínimo, com os que recebem de um a dois salários, identifica-se que a maior parte dos estudantes ou seja, 66% recebem até dois salários, o que representa uma redução de 6% se comparado ao estudo realizado pelo SEMESP sobre o ensino superior no Brasil. Segundo a pesquisa

³ Agronomia, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Sociais, Controladoria e Finanças Corporativas, Engenharia Ambiental e Sanitária, Filosofia, História, Medicina Veterinária

72% dos estudantes que frequentam um curso de graduação, receberam pela atividade remunerada exercida em 2019, até 2 salários mínimos mensais (SEMESP, 2020). Essa redução, comparada ao percentual nacional, pode ser relacionada com o fator de 29% dos estudantes do Corede Norte, recebem mais de dois salários mínimos mensais.

Analisando a ocorrência do processo de transferência de alimentos entre as famílias, seja nas situações em que os filhos visitam seus pais ou quando estes vão para a cidade e visitam seus filhos, todos os participantes afirmaram que existe o costume de buscar e/ou receber alimentos para consumir na cidade. O mesmo ocorre a prática de fornecer alimentos, eventualmente de forma gratuita, a parentes e amigos que residem na cidade.

Para Cazella et al. (2019), o processo de transferência de alimentos, envolve um conjunto de dimensões difíceis de mensurar, como as relações afetivas, que fazem parte do ato de dar e receber alimentos. Além de manter o sentimento de pertencimento àquela cultura, através dos hábitos e costumes alimentares.

Em relação ao número de pessoas que consomem os alimentos recebidos, 89,5% responderam que compartilham com as pessoas que residem junto, sendo 36,3% com duas pessoas, 26,9% com uma pessoa, 20,8% com três pessoas, 17,9% com mais de três pessoas. Obviamente que, o número de pessoas com quem são compartilhados os alimentos transferidos, interfere na quantidade e estimado em dinheiro que esses alimentos representam, visto que em um estabelecimento, que apenas uma pessoa reside, necessita de menos produtos do que um em que residem duas ou mais pessoas.

Mesmo ocorrendo a transferência de quantidades significativas de produtos para a grande maioria dos estudantes, todos informaram que também realizam a compra de alimentos em supermercados, feiras, padaria e demais estabelecimentos. O quadro abaixo apresenta os principais produtos comprados, bem como o percentual de estudantes que adquirem aquele determinado produto.

Tabela 1- Alimentos comprados em estabelecimentos urbanos

Alimento	Percentual
Cereais (arroz, feijão, amendoim)	76,30%
Produtos processados (farináceos, embutidos, geleias)	68,40%
Frutas	57,90%
Legumes	31,60%
Hortaliças	15,80%
Carnes	10,50%
Produtos de origem animal (ovos, leite, mel)	10,50%

Fonte: Dados da pesquisa 2020

Dentre os principais alimentos comprados destacam-se: cereais como arroz, feijão, amendoim e produtos processados divididos em farináceos, embutido e geleias. A categoria das frutas também apresenta um percentual expressivo, 57,90%. Em comparação com a carne verifica-se um percentual bem abaixo dos demais apenas 10,5%, uma justificativa para a baixa aquisição de carne no mercado, é que 90% destes buscam/recebem a carne na propriedade rural de seus familiares.

Sobre o valor aproximado gasto mensalmente para a compra destes produtos, os resultados encontrados tiveram uma grande variação entre o menor e o maior valor informado de R\$100,00 a R\$600,00 mensais. A maior concentração encontra-se no valor de R\$100,00 para 21,36% e R\$300,00 para 18,30%. O valor de R\$600,00 foi informado somente por 7,9% dos estudantes. A variação desse resultado pode estar atrelada tanto a

quantidade de pessoas que residem no estabelecimento quanto ao poder aquisitivo dos mesmos.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DAS FAMÍLIAS MULTILocalIZADAS

Para a caracterização do perfil sociodemográfico das famílias foi realizado uma análise dos seguintes elementos: localização, número de pessoas residentes em cada propriedade rural, faixa etária dos pais, nível de escolaridade, tamanho das propriedades, renda mensal, atividades desenvolvidas na propriedade e os alimentos que são produzidos para o autoconsumo.

A localização das famílias pesquisadas contempla os municípios de Aratiba, Barra do Rio Azul, Barão de Cotegipe, Campinas do Sul, Centenário, Charrua, Erval Grande, Faxinalzinho, Itatiba do Sul, Marcelino Ramos, Mariano Moro, Paulo Bento, Quatro Irmãos, Severiano de Almeida, São Valentim e Viadutos, sendo que nos demais municípios do Corede Norte não houve participação entre os entrevistados.

Em relação ao número de pessoas que residem na propriedade rural, pode-se constatar que em 39,5% residem duas pessoas, em 21,1% quatro pessoas, em 21,03% três pessoas, nas demais variam entre uma pessoa a seis pessoas. Outro aspecto importante no diagnóstico das famílias é a faixa etária, como pode-se observar no quadro abaixo, que a maior parte dos pais dos estudantes entrevistados possuem entre 51 e 60 anos.

Tabela 2 - Faixa etária dos pais

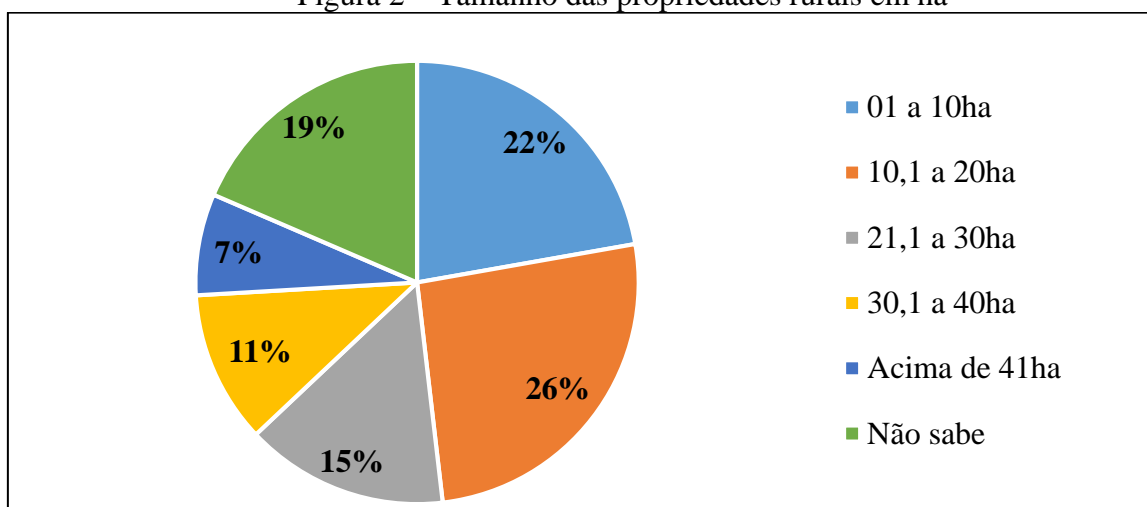
Faixa etária	Percentual
51 a 60 anos	63,20%
41 a 50 anos	39,50%
61 a 70 anos	18,40%
71 a 80 anos	10,50%

Fonte: Dados da pesquisa 2020

Outro aspecto analisado refere-se ao nível de escolaridade dos pais, conforme os resultados coletados constatou-se que, 68,4% possuem ensino fundamental incompleto, 10,5% ensino fundamental completo, os demais resultados estão distribuídos entre ensino médio completo, ensino técnico completo e ensino superior completo apresentando 7,9% cada. E em menor proporção estão, 5,3% alfabetizado, 2,6% analfabeto, e 2,6% ensino médio incompleto.

Com relação ao tamanho das propriedades, no gráfico pode-se verificar a variação entre o tamanho de cada propriedade.

Figura 2 – Tamanho das propriedades rurais em ha



Fonte: Dados da pesquisa 2020

Dentre os dados visualizados no gráfico, destaca-se a porcentagem de estudantes que não souberam informar o tamanho das propriedades, e a diferença entre a propriedade de tamanho menor em relação a de maior extensão. Este fator está relacionando a renda mensal das propriedades, como também pode influenciar no volume de produtos transferidos.

O quadro abaixo apresenta as atividades produtivas que são exercidas nas propriedades rurais. Conforme pode-se verificar, a produção de grãos foi a atividade agrícola que apresentou maior percentual, isso indica que esta atividade corresponde pela maior parte da renda destas famílias, o que vem ao encontro do momento econômico agrícola que o país vive em 2020. Relacionando essa informação com o tamanho das propriedades rurais, constata-se que mesmo na condição de agricultores familiares, há participação no agronegócio, visto que a grande maioria destes produzem commodities e outros bens de consumo, para o mercado nacional e internacional.

Tabela 3 – Atividades produtivas desenvolvidas nas propriedades rurais entrevistadas

Atividade produtiva	Percentual
Grãos	71,10%
Bovinocultura de leite	55,30%
Fruticultura	44,70%
Horticultura	39,50%
Bovinocultura de corte	34,20%
Avicultura	26,30%
Suinocultura	26,30%
Outros	5,20%
Orgânicos	2,60%

Fonte: Dados da pesquisa 2020

Cabe aqui ressaltar que mesmo participando de atividades primárias ou agroalimentares como atividade principal, as famílias não deixam de produzir alimentos, que são essenciais para a manutenção da família, ao contrário do que acontece na agricultura empresarial, onde o que é produzido na propriedade vai para o consumo externo. Outro fator relevante é o desenvolvimento de mais de uma cultura como fonte

de renda, tal como a produção de grãos associada a produção de aves, bovino de corte ou de leite, bem como de frutas.

Ao analisar a renda mensal bruta das propriedades, constatou-se os seguintes resultados: 26,3% possuem renda de um a dois salários mínimos; 26,3% de dois a três salários mínimos; 18,4% até um salário mínimo; 13,2% de sete a oito salários mínimos; 10,5% de três a quatro salários mínimos; e 5,3% de cinco a seis salários mínimos. Deve-se levar em consideração ao observar esses dados, o fato de ser considerado renda pelos entrevistados, apenas as entradas em dinheiro na família, não sendo contabilizado os rendimentos não monetários, caso dos produtos produzidos para o autoconsumo.

4.3 PRODUTOS AGROALIMENTARES TRANSFERIDOS PARA O MEIO URBANO

Para a verificar quais os principais produtos agroalimentares que são transferidos entre as famílias multilocalizadas, optou-se por realizar um agrupamento de produtos, que conforme pode-se verificar, não seguiu uma definição oficial. Definiu-se então por classificar os alimentos dentro das categorias: hortaliças e legumes, frutas, carnes, alimentos de origem animal, produtos processados e grãos. O questionário disponibilizado possibilitou a múltipla escolha de alternativas, assim os percentuais referem-se aos produtos com maior escolha.

Para a apresentação dos dados, definiu-se por uma organização que aproxima os produtos em suas categorias, preservando a separação das informações referente a valores monetários. No quadro a seguir, estão dispostos os resultados relacionados às hortaliças e legumes e a categoria das frutas.

Tabela 4 -Principais produtos transferidos na categoria frutas, hortaliças e legumes

Hortaliças e legumes	Percentual	Frutas	Percentual
Mandioca	94,70%	Bergamota	97,40%
Alface	86,80%	Laranja	94,70%
Batata doce	81,60%	Limão	86,80%
Moranga	76,30%	Pêssego	68,40%
Chuchu	76,30%	Jabuticaba	55,30%
Cebola	76,30%	Abacate	53%
Repolho	71,10%	Caqui	42,10%
Cebolinha/salsa	71,10%	Melancia	39,50%
Tomate	63,20%	Banana	36,80%
Cenoura	63,20%	Figo	31,60%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Como pode-se visualizar, na categoria das hortaliças e legumes ocorre uma regularidade nos tipos de alimentos que são compartilhados, com destaque para a mandioca, onde 94,7% dos entrevistados afirmaram buscar esse alimento na casa de seus pais. Em relação às frutas, identifica-se uma variação maior, visto que não deve haver produção de grande variedade, entre as frutas, entre as que mais ocorrem transferência estão: bergamota 97,4%, laranja 94,7% e limão 86,8%.

Para a verificar o valor que seria gasto com a compra dos alimentos, foi perguntado aos estudantes que estimasse o valor aproximado mensalmente que eles gastariam com a compra dos alimentos que recebem de seus familiares. Conforme os resultados coletados, na categoria das hortaliças e legumes os valores informados apresentaram uma variação entre R\$50,00 a R\$250,00. Destaca-se que para 34,2% o valor estimado é de R\$100,00, para 21% de R\$200,00, variando após.

No caso da compra das frutas, os valores variam entre R\$10,00 a R\$300,00, variação expressivamente superior ao grupo anterior, sendo que os valores mais apontados pelos estudantes, como o custo mensal para a compra das frutas são de R\$ 30,00 para 13,20%, R\$50,00 para 21,20% e R\$100,00 para 23,72% dos entrevistados. Cabe aqui também ressaltar que 23,72% afirmam que gastariam acima de R\$100,00 mensais, com aquisição das frutas.

Na categoria dos alimentos de origem animal, foram alocados os seguintes produtos: leite, mel, ovos, nata e queijo. As carnes e embutidos foram distribuídos em outras categorias. O quadro abaixo demonstra o percentual de consumo destes alimentos pelos entrevistados.

Tabela 5 – Principais produtos transferidos na categoria Alimentos de origem animal

Produto	Percentual
Ovos	92,10%
Leite	76,30%
Mel	68,40%
Outros/Nata	2,6%

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Conforme anteriormente ressaltado, as questões referentes à escolha dos produtos transferidos foram de múltipla escolha, sendo que os respondentes poderiam optar por mais de uma alternativa. Diante disso, pode-se analisar que os percentuais obtidos, refletem uma semelhança entre as respostas para essa categoria, sendo que apenas 2,6% dos entrevistados afirmam consumir outro produto oriundo da transferência familiar.

Os valores elencados para a compra destes produtos, caso não receberem de seus familiares, variam de R\$8,00 a R\$200,00. Esta variação pode ser compreendida a partir dos percentuais encontrados para cada valor, apenas 2,6% informaram o valor de R\$8,00, e 7,9% para R\$200,00. Os valores mais apontados são de R\$ 50,00 para 36,8% e de R\$ 100,00 para 18,4% dos entrevistados.

Para melhor quantificar os valores gastos com a compra dos alimentos, as carnes foram abordadas em somente uma questão. Quanto aos tipos de carnes, verificou-se uma igualdade em relação aos percentuais da carne de bovina, frango e suíno. Já as carnes de peixe e ovinos apresentaram um pequeno percentual, conforme pode-se visualizar no quadro abaixo.

Tabela 6 - Principais tipos de carnes transferidos

Carnes	Percentual
Carne bovina	86,80%
Carne de frango	84,20%
Carne suína	81,60%
Carne de peixe	15,80%
Carne de ovinos	5,30%
Nenhum tipo (não consome carne)	2,60%

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Ressalta-se que um dos fatores, para que alguns tipos de carnes apresentem percentual menor, se dá pelo fato de que a produção e consumo, de uma forma geral, também é menor. Na situação em que os estudantes precisassem realizar a compra das carnes, o valor aproximado gasto mensalmente varia de R\$100,00 a R\$400,00. Contudo, o valor que mais foi apontado pelos respondentes, com percentual de 34,3% foi de R\$300,00 mensais.

Na categoria dos produtos que são processados, verificou-se um grande índice de transferência de produtos, visto que o produto com menor percentual é as massas, com 47,4%, os demais alimentos são consumidos por mais de 50% dos entrevistados, com maior destaque para o queijo em 71,10% e para os embutidos 68,40%. Na tabela abaixo pode-se verificar o percentual transferido de cada alimento.

Tabela 7 – Principais tipos de produtos processados transferidos

Produto	Percentual
Queijo	71,10%
Embutidos (salame, copa)	68,40%
Banha	65,80%
Bolachas diversas	65,80%
Açúcar mascavo	57,90%
Geleias	55,30%

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

O valor aproximado necessário para a compra destes produtos mensalmente, conforme os dados obtidos, apresenta uma grande variação de R\$20,00 a R\$400,00. O valor que apresenta maior percentual é de R\$100,00 com 23,7%, nos valores R\$40,00 e R\$150,00 observou-se o mesmo percentual de R\$13,1% cada. Também deve-se levar em consideração a disparidade no consumo desses alimentos, 86,8% dos entrevistados gastariam até R\$ 100,00 na aquisição destes alimentos e apenas 13,2% acima desse valor.

Outra divisão realizada para identificar os produtos que são transferidos é apresentada no quadro a seguir, onde são elencados os cereais e outros subprodutos, que fazem parte da cultura das famílias produzirem para o autoconsumo, conforme apresentados na tabela a seguir.

Tabela 8 – Principais tipos de cereais e subprodutos transferidos

Produto	Percentual
Amendoim	73,70%
Pipoca	71,10%
Feijão	68,40%
Farinha de milho	5,30%
Amendoim	73,70%
Pipoca	71,10%
Feijão	68,40%

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

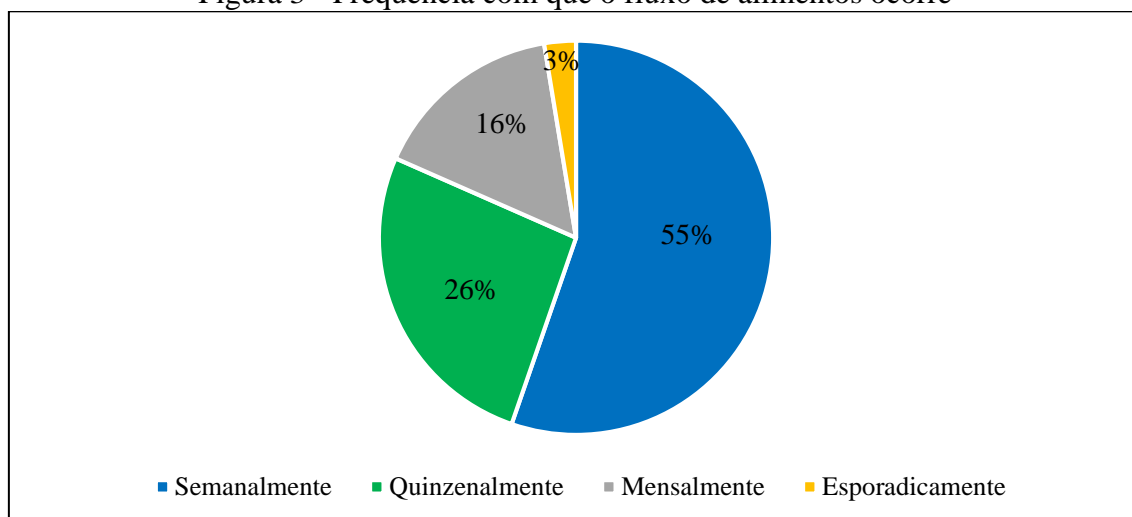
Conforme pode-se verificar, a incidência de transferência ocorre principalmente entre o amendoim, pipoca e feijão, sendo os demais produtos possuem pouca relevância. Os valores apontados pelos entrevistados caso esses produtos fossem comprados, apresentaram uma variação entre R\$10,00 e R\$400,00, sendo que para 18,4% o valor gasto seria de R\$100,00, seguido por 15,8% para R\$10,00. Também devemos levar em consideração o fato de que apenas 13,1% dos entrevistados afirmam que gastariam mais de R\$ 100,00 na aquisição desses produtos.

4.4 FATORES QUE CONDICIONAM A OCORRÊNCIA DO FLUXO DE ALIMENTOS DO MEIO RURAL PARA O MEIO URBANO

Ao estudar o processo de transferência de alimentos entre as famílias multilocalizadas, foi possível identificar alguns fatores que condicionam a ocorrência deste fluxo e também a frequência com que o mesmo ocorre.

De acordo com os resultados obtidos, há transferência de alimentos quando os estudantes vão visitar seus pais, bem como quando seus familiares os visitam na cidade. Conforme pode ser visualizado no gráfico a seguir, para 55% dos respondentes este fluxo se dá semanalmente.

Figura 3 - Frequência com que o fluxo de alimentos ocorre



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Pode-se verificar que o número de estudantes, que semanalmente recebe alimentos é superior à soma de todos os demais, o que demonstra que a transferência de alimentos é um fator importante para a alimentação de quem os recebe. E mesmo quando analisa-se a opção dos que recebem quinzenalmente, também identifica-se um número bem maior, em relação aos que recebem mensalmente ou esporadicamente. De qualquer modo, para 97% dos entrevistados a transferência de alimentos ocorre com regularidade definida.

Além da regularidade, em que ocorre a transferência de alimentos, é importante saber quais são os motivos substanciais que levam a ocorrência de tal fluxo de alimentos, buscando identificar os motivos sociais, culturais e econômicos. Para tal indagação, disponibilizou-se através do questionário, uma série de motivos para escolha dos respondentes, estes poderiam escolher mais de uma opção ou ainda poderiam escrever seus motivos pessoais.

Acerca dos fatores sociais e culturais, os resultados coletados demonstraram que para a maioria dos estudantes (81,6%), a qualidade dos alimentos é o principal motivo que leva a ocorrência do processo de transferência de alimentos. Outro motivo que se destaca em relação aos demais, é pelo fato deste processo ser um costume/hábito cultural dos familiares fornecerem os alimentos com (68,4%). Em seguida, está o motivo que considera que o estudante, desta forma, se sente mais próximo de casa, pois consome alimentos que fazem parte de sua memória afetiva, obtendo um percentual de 34,2%.

Observa-se a partir destes dados, que o processo de transferência de alimentos, torna-se uma estratégia para garantir a segurança alimentar e nutricional dos estudantes. Conforme os autores Maluf, Menezes e Marques (2001), a segurança alimentar está ancorada em três itens essenciais: a qualidade nutricional dos alimentos; hábitos e a

cultura alimentar característicos de cada comunidade; e a sustentabilidade do sistema alimentar. Estes três elementos podem ser identificados nos resultados acima citados.

Em relação ao fator econômico, verificou-se que dentre os motivos elencados, o principal é a redução mensal das despesas com alimentação, para 92,1% dos entrevistados. Em comparação como os demais motivos, identificou-se percentuais bem inferiores, como a necessidade de complementar a alimentação, com os alimentos provenientes da propriedade rural, foi de 28,9%, e o fato de que trazendo estes alimentos da propriedade rural dos familiares, o estudante conseguiria permanecer residindo/estudando/ trabalhando no meio urbano foi de apenas 23,7%, enquanto o fato de que a renda mensal não era suficiente para comprar todos os alimentos de que o estudante necessita obteve-se um percentual de somente 5,3%.

Ao analisar de forma separada a motivação econômica, é possível perceber a importância que este processo possui, na complementação da renda dos mesmos, visto que a transferência de alimentos está ligada a complementação da renda, proporcionando uma redução mensal das despesas.

4.5 BENEFÍCIOS DO FLUXO DE ALIMENTOS DO MEIO RURAL PARA O MEIO URBANO

O processo de envio de alimentos do meio rural para o meio urbano proporciona benefícios sociais, culturais e também econômicos. No questionário disponibilizado aos participantes da pesquisa, foram elencados benefícios, para que os respondentes pudessem realizar a seleção que mais se adequa ao seu perfil. Também foi disponibilizado a opção para que o benefício fosse descrito pelo estudante, ou mesmo optar pela seleção de mais de um benefício.

Com relação aos benefícios socioculturais, dois destes obtiveram o mesmo percentual 71,1% dos respondentes, sendo o fato dos alimentos não apresentarem resíduos de produtos químicos (agrotóxicos ou aditivos químicos); e a confiança em consumir os alimentos, pois conhecem a origem e a procedência dos mesmos. Ainda, 44,7% elencaram também que este fluxo de alimentos permite ao estudante que ele permaneça integrado aos familiares e à propriedade rural.

Sobre os benefícios econômicos, para 78,9% dos respondentes está o benefício de não precisar gastar sua renda na aquisição dos alimentos nos estabelecimentos comerciais no meio urbano. Outro benefício que apresentou um alto percentual, se refere ao fato de que ao receber/trazer os alimentos provenientes da propriedade rural dos familiares, o estudante consegue economizar, e por conta disso, consegue pagar outras despesas mensais como: água, luz, internet, transporte, aluguel, roupas, calçados, diversão entre outros).

Ainda se destaca o benefício de que se o estudante precisasse comprar todos os alimentos provenientes do meio rural, sua renda seria insuficiente para manter-se no meio urbano, visto que os alimentos transferidos complementam a renda do estudante. E ainda 31,6%, informaram que ao trazer/receber os alimentos provenientes da propriedade rural de seus familiares, consegue economizar, e por conta disso, acumular recursos financeiros, para futuros investimentos (viajar, comprar uma residência, veículo e outros bens e serviços).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste estudo possibilitou analisar o perfil sociodemográfico das famílias multilocalizadas no Corede Norte, identificar os principais produtos

agroalimentares transferidos, verificando os fatores que condicionam a ocorrência do fluxo de alimentos e elencar os principais benefícios socioculturais e econômicos.

É necessário levar em consideração que na realização deste estudo foram encontradas algumas limitações que impossibilitaram agregar dados e informações mais precisas, como a desidentificação dos respondentes que impediu a realização de uma entrevista tanto com o respondente quanto com as famílias no objetivo de sanar dúvidas com relação às respostas obtidas.

Quanto ao perfil sociodemográfico das famílias multilocalizadas verificou-se que a média de idade dos pais é de 41 a 60 anos, com ensino fundamental incompleto. Na propriedade residem entre duas a quatro pessoas, com uma faixa de renda mensal bruta entre um e três salários mínimos.

A transferência de alimentos incide em 100% das famílias pesquisadas, ocorrendo de maneira semanal ou quinzenal. Os principais produtos agroalimentares transferidos estão distribuídos entre as categorias hortaliças, legumes, frutas, produtos de origem animal, cereais e produtos processados, estes em menor proporção.

Analisando os fatores que condicionam a ocorrência do fluxo de alimentos, os motivos socioculturais e os econômicos possuem igual importância para os estudantes. No aspecto sociocultural pode-se analisar que a transferência ocorre, pela qualidade que os alimentos possuem, por ser um costume e hábito cultural das famílias fornecerem aos demais membros os alimentos que são produzidos. Economicamente, o principal fator é a redução das despesas mensais com a alimentação.

Ao considerar o valor estimado pelos estudantes caso precisassem comprar os alimentos que são transferidos, o valor mensal necessário seria de R\$750,00. Um valor muito significativo visto que corresponde a 71,77% do salário mínimo vigente. Além disso, este valor não é contabilizado na renda mensal informada pelo estudante, desta forma pode-se verificar que a renda real é superior ao identificado. Assim, caso não recebessem estes alimentos, teriam sua permanência na universidade comprometida.

O mesmo ocorre quando analisamos a renda informada pelas famílias, visto que estas também não consideram renda os alimentos produzidos para o autoconsumo e transferência aos familiares, subestimando a renda familiar. Desta forma, o cálculo destes produtos influencia no valor da renda mensal que será maior do que a considerada pelas famílias.

Dentre os principais benefícios socioculturais e econômicos proporcionados pelo processo de transferência de alimentos elencados pelos estudantes estão: o aspecto de os alimentos não conterem agrotóxicos, e a confiança em consumir os alimentos pois conhecem a origem e a procedência dos mesmos. Referente aos benefícios econômicos, os estudantes conseguem economizar o valor que seria gasto com a alimentação e pagar as demais despesas mensais, viabilizando desta forma sua permanência na universidade.

Desta forma pode-se atribuir como verdadeira a hipótese inicial deste estudo, pois os questionamentos apresentados nos objetivos quanto a transferência de alimentos, está igualmente associada aos fatores econômicos e sociais visto que a transferência de alimentos reduz as despesas com alimentação do membro familiar multilocalizado, bem como contribui com a qualidade e diversidade na alimentação dos mesmos.

REFERÊNCIAS

CAZELLA, A. A; DORIGON, C.; NESI, C. N.; ELOY, L. **Sistemas agrícolas e alimentares de famílias rurais: análise da multilocalização familiar na região Oeste de Santa Catarina. Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 28, n. 1, p. 21-47, fev. 2020.

CONSEA – **Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias-internas/conheca-o-consea>. Acesso em: 11 de abril de 2020.

CIRAD/SAR. **Systèmes agroalimentaires localisés (organisations, innovations et développement local). Proposition d’animation scientifique du laboratoire STSC**, n. 134/96. 1996.

CHECHI, A. L; SCHULTZ, G; NIEDERLE, A. P. **Tradição e inovação entrelaçadas na consolidação de um Sistema Agroalimentar Localizado de erva-mate no sul do Brasil**. EUTOPIA, 2016. págs. 79-93.

CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional Corede Norte/RS. 2017**

DIEHL, A. A.; TATIM, D. C. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: método e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

FAMURS. **Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<http://portal.famurs.com.br/associacoes>> Acesso em 14 de abril de 2020.

FAO - **Organização para agricultura e alimentação**. Disponível em: <http://www.fao.org/about/en/>. Acesso em: 11 de abril de 2020.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS**. Dissertação de Mestrado, PGDR/UFRGS, 2004.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares**. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 89-122, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRESH, F. S; CORTES, G. **Introdução à seção temática: Estratégias e práticas alimentares de famílias agrícolas multilocalizadas e os papéis das políticas públicas**. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 28, n. 1, p. 21-47, fev. 2020.

GRISA, C. **A produção “pro gasto”**: um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

GRISA, C.; GAZOLLA, M; SCHNEIDER, S. **A produção invisível na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural**. Porto Alegre, 2010.

IBGE. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=43&dados=0>> Acesso em: 10 de abril de 2020.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Metodologia científica.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

MALUF, R.S.; MENEZES, F.; MARQUES, S.B. **Caderno 'segurança alimentar'**, 2001. Disponível em: <http://www.dhnet.org.Br/direitos/sos/alimentação/tconferencias.html>> acesso em: 31 jan.2016.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1982.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAES, A. L. J. **Agricultura familiar, sistemas agroalimentares localizados - localizados -SIALS e as dinâmicas de SIALS e as dinâmicas de desenvolvimento dos territórios rurais.** Redes (St. Cruz Sul, Online), v. 21, nº 3, p. 238 - 256, set./dez. 2016.

MORGAN, K., MARSDEN, T. E MURDOCH, J. **Worlds of Food:** Place, Power and Provenance in the Food Chain. Oxford: University Press, 2006.

MUCHNIK, J. **Sistemas agro-alimentares localizados: interesse, abordagem, perguntas: apresentação introdutória à conferência SYAL.** GIS SYAL: Montpellier, outubro de 2002.

PESSOA, M. L. (Org.). **Regiões do RS.** In: _____. **Atlas FEE.** Porto Alegre: FEE, 2017. Disponível em: < <http://atlas.fee.tche.br/rio-grande-do-sul/territorio/regioes-do-rs/> >. Acesso em: 15 de abril de 2020.

REQUIER-DESJARDINS, D. **Sistemas agroalimentares localizados e qualificação: uma relação complexa.** R. Inter. Interdisc. INTERthesis, Florianópolis, v.10, n.2, p. 95-118, jul/dez. 2013.

SEPLAG-RS. **Perfil Socioeconômico COREDE Norte.** Porto Alegre, novembro de 2015. Disponível em: < <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134135-20151117103226perfis-regionais-2015-norte.pdf> >. Acesso em 15 de abril de 2020.

SCHNEIDER, S. A **Pluriatividade na Agricultura Familiar.** Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 2003.

TONEZER, Cristiane. Et al. **Quanto vale a produção para o autoconsumo no meio rural?** Um estudo de caso no município de Coronel Freitas no oeste catarinense. Santa Maria, 2019.

TRICHES, M. R; SCHNEIDER, S. **Alimentação, sistema agroalimentar e os consumidores:** novas conexões para o desenvolvimento rural. Bogotá. 2015.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001